

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DOS VALES DO JEQUITINHONHA E MUCURI DIAMANTINA – MINAS GERAIS

DIRETORIA DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

www.ead.ufvjm.edu.br



ATA DA 38ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DO CURSO DE 1 BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. No dia três de setembro de dois mil 2 e vinte, às treze horas, por meio de videoconferência no Google Meet, se iniciou a trigésima 3 oitava reunião do colegiado do curso de Administração Pública. Membros presentes: Adriana 4 5 Aparecida da Conceição Santos Sá, Grazielle Isabele Cristina Silva Sucupira, Naldeir dos Santos Vieira, Edimilson Eduardo do Silva e Marcos Valério Martins Soares. Pontos de Pauta: 6 7 1°) Indicação de membros para o NDE; 2°) Indicação de vice-coordenador de curso; 3°) Alteração do documento "Normas Internas do Colegiado do Curso de Administração Pública"; 8 9 4°) Avaliação das disciplinas 2020-2; 5°) Aproveitamento de Atividades Profissionais como Estágio Obrigatório. 1º) Indicação de membros para o NDE: A coordenadora Adriana iniciou 10 a reunião desejando boas vindas a todos os presentes e em seguida pediu a professora Grazielle 11 que lesse os pontos de pauta. A professora Grazielle fez a leitura dos pontos de pauta e em 12 13 seguida foi colocado em votação a aprovação dos mesmos para serem discutidos na reunião. Os pontos de pauta foram aprovados para a reunião por unanimidade. A coordenadora Adriana 14 expôs que ela junto a professora Grazielle estão empenhadas na revisão do PPC do curso de 15 Administração Pública, realizando as alterações necessárias para a sua aprovação, ressaltou que 16 as portarias do NDE estão todas vencidas e por isso se faz necessária a indicação de novos 17 professores, a fim de ajudarem na revisão do mesmo. A professora Adriana pediu ao colegiado 18 que fizesse a indicação de professores que se enquadrariam dentro das exigências para compor 19 o NDE. O colegiado discutiu e chegou ao consenso que os cinco professores que comporiam o 20 NDE seriam: Adriana Sá, Naldeir Vieira, Edimilson da Silva, Grazielle Sucupira, Carlos Mirez, 21 22 sendo essa escolha aprovada por unanimidade. 2º) Indicação de vice-coordenador de curso: A professora Adriana Sá afirmou que é o colegiado quem escolhe o vice-coordenador do curso. 23 Portanto se iniciou as indicações. A professora Adriana, o professor Edimilson e o professor 24 Naldeir, indicaram a professora Grazielle e a professora Grazielle, indicou o professor 25 26 Edimilson. Iniciou-se a votação ficando decidido por maioria dos votos que a professora Grazielle seria a vice-coordenadora. 3º) Alteração do documento "Normas de TCC do 27 Colegiado do Curso de Administração Pública": A professora Grazielle afirmou que havia 28 enviado por e-mail a todos os participantes do colegiado, a proposta com as alterações das 29 normas de TCC que foi realizada por ela junto a professora Kenny. As alterações se fazem 30 necessárias pois algumas normas não estavam mais condizendo com a realidade do curso. As 31 alterações propostas foram apresentadas para que os professores pudessem opinar. O professor 32 Edimilson explanou sua preocupação no que se refere as modalidades de TCC, que diz que 33 serão aceitos monografias e artigos científicos, a dúvida do professor era se os artigos 34 científicos poderiam ser aceitos em periódicos e revistas em conjunto com o orientador ou 35 somente o aluno. A professora Grazielle afirmou que entende que é em conjunto com os 36 orientadores e acrescentou que acredita ser necessário que o colegiado estabeleça a partir de 37 qual classificação no Qualis será aceito o artigo publicado. O professor Naldeir afirmou que no 38 39 curso presencial de Administração, o TCC é aceito no formato de artigo, porém os alunos passam pela banca de avaliação. Afirmou ainda, que não é considerado o fato do artigo ter sido 40 publicado ou não, o artigo é avaliado da mesma forma que a monografia. A professora Adriana 41 afirmou que o fato do aluno poder publicar um artigo a partir de qualquer período e eliminar o 42

TCC a preocupa. O professor Edimilson alegou que não vê prolema desde que o artigo seja 43 publicado com o orientador. O professor Naldeir alegou que entende que as bancas de 44 avaliação de TCC são uma oportunidade de o aluno ter um feedback de seu trabalho gerando 45 aprendizagem, por isso não retiraria. A professora Grazielle disse que entende que ou o aluno 46 47 apresenta a monografia de acordo com as diretrizes já estipuladas ou o aluno entrega um artigo já aceito ou publicado, ou seja, um artigo que ainda não foi aceito ou publicado não pode ser 48 considerado. A professora Adriana afirmou que um dos pré-requisitos que deve ser estipulado 49 50 para que o artigo seja aceito é ter vinculo com as disciplinas do curso, ou seja, precisa se enquadrar de alguma forma nos temas que se adentram a Administração Pública. A 51 coordenadora Adriana alegou que lhe preocupa o fato do aluno simplesmente publicar um 52 artigo e não passar por todos os processos que a monografia exige, pois segundo ela, o processo 53 da construção da monografia "espreme o aluno de forma que ele aprenda e se supere." A 54 professora Grazielle afirmou que o procedimento é o mesmo e encara essa questão da mesma 55 maneira que encara os Aproveitamentos de Atividades Profissionais como Estágio Curricular. 56 Pois o aluno apenas apresenta a documentação necessária para a comprovação de vínculo 57 58 público e não tem que realizar nenhum dos relatórios que são exigidos ao longo da disciplina. 59 Os professores acharam importante definir que o artigo precisa ser na área de Administração Pública e que seja aceito em periódico com classificação no Qualis, se enquadrando nessas 60 regras, o aluno é dispensado da banca de avaliação. A professora Grazielle alegou que da 61 mesma forma que a monografia pode ser realizada por grupos de até três alunos, o artigo 62 63 científico também poderia. O professor Naldeir aprovou a ideia e acrescentou que o grupo poderia ter no máximo quatro componentes, sendo obrigatório que um deles seja o professor 64 orientador. A professora Grazielle elaborou as seguintes alterações: Art. 2º São consideradas 65 como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do curso de Administração Pública as 66 67 modalidades: I. Monografia; II. Artigo Científico aceito ou publicado em periódico; § 1º Os trabalhos científicos em preparação serão considerados na modalidade monografia; Art. 3° O 68 TCC, quando na forma de Monografia, deverá ser elaborado obedecendo às diretrizes do 69 Manual de Normalização da UFVJM. Art. 4° O TCC, quando na forma de artigo científico, 70 71 deverá ser elaborado de acordo com as normas de publicação do periódico escolhido, e estará 72 dispensado de apresentação perante a banca. I. O TCC, quando na forma de artigo científico aceito ou publicado, estará dispensado de apresentação perante a comissão examinadora. II. 73 74 Serão aceitas publicações realizadas pelos discentes com orientação de algum docente do curso em periódico com classificação Qualis, elaborados e publicados durante o período de 75 76 integralização do curso e que estejam em acordo com as linhas de formação previstas no Projeto Pedagógico de Curso. III. As publicações poderão ter no máximo 4 autores, incluindo o 77 docente coautor. Foi colocado em votação as alterações no Art. 2°, 3° e 4° do documento: 78 79 "Normas de TCC do colegiado do curso de Administração Pública", propostas pela professora Grazielle. As alterações foram aprovadas por unanimidade. Os professores passaram a discutir 80 a respeito do artigo 7°, que diz "Art. 7° A escolha do tema de trabalho e dos integrantes da 81 equipe deve ser encaminhada à Coordenação do Curso de Administração Pública em nome do 82 docente responsável pela Unidade Curricular Seminário Temático VII, via ofício, assinado e 83 84 datado pelo discente em até 15 dias corridos do início do referente semestre letivo (ANEXO 1). Parágrafo único - Não será aceita a inclusão de nenhum aluno após o envio descrito no artigo 85 7º". Após entenderem a aplicação da regra foi colocado em votação a alteração. Todos 86 aprovaram por unanimidade. Os professores passaram a analisar o artigo 9°. A professora 87 Adriana comentou que a disciplina seminário VII e a disciplina de TCC contabilizam um tempo 88 89 muito curto para que o aluno consiga realizar o projeto, acrescentou que seria interessante que a

partir da disciplina de seminário VI já se comecasse a trabalhar o trabalho de conclusão de 90 curso e que os alunos passassem por uma banca de qualificação. A professora Grazielle 91 afirmou que não acha viável fazer essa redistribuição e que considerando a continuidade do 92 93 curso e que o novo PPC não tem essas divisões, não há essa possibilidade. Acrescentou que o 94 ideal a ser feito é estabelecer um modelo de avaliação mais crítico na disciplina de seminário VII, para que o aluno chegue mais preparado na disciplina de TCC. Os professores passaram a 95 discutir sobre o artigo 10°, que dizia que o professor orientador deveria ter experiência na 96 temática abordada no projeto do aluno. A professora Adriana comentou que acha difícil que os 97 professores do curso tenha experiência nas temáticas, portanto os docentes do colegiado 98 acharam melhor reformular o artigo 10°, ficando da seguinte forma: "Art. 10° O acadêmico 99 regularmente matriculado na Unidade Curricular Elaboração de TCC terá um professor 100 orientador da UFVJM, que supervisionará seu TCC". Os professores passaram a discutir sobre 101 o artigo 11°. A professora Grazielle afirmou que o regulamento da universidade deixa claro que 102 103 o professor orientador do TCC precisa ter vínculo com a universidade e por isso é necessário acrescentar para se ter uma abertura maior, que os tutores podem ser coorientadores, visto que 104 105 muitos deles possuem formação sólida. Portando o artigo 11°, ficou da seguinte forma: Art. 11° 106 Preferencialmente, os orientadores do TCC serão os docentes do Curso de Administração Pública. I. Sob autorização do Colegiado de Curso, a orientação também poderá ser realizada 107 por qualquer docente da UFVJM que possua experiência na temática a ser desenvolvida. II. 108 Caso aprovado pelo Colegiado de Curso, poderá ser designado como coorientador, professores 109 110 de quaisquer instituições de ensino superior, bem como tutores do curso de Administração Pública. O próximo artigo a ser discutido foi o 13°, onde a professora Grazielle alterou a 111 quantidade máxima de orientações para cada professor, mudando de cinco para dez. Os 112 professores passaram a discutir os artigos 19°, 21°, 22° o sem nenhuma objeção as mudanças 113 114 propostas pela professora Grazielle. No artigo 24°, os professores acharam melhor retirar o parágrafo único que abria a possibilidade do aluno apresentar o TCC em qualquer data no 115 período. A professora Grazielle explanou a mudança realizada no artigo 26°, que agora prevê 116 que o aluno não precisa enviar para a coordenação do curso a cópia do TCC impresso, apenas a 117 118 cópia virtual em CD. Foi colocado em votação todas as mudanças realizadas no documento 119 "NORMAS DE TCC DO COLEGIADO DO CURSO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – EaD". O documento foi aprovado por todos os professores presentes na reunião. 4º) Avaliação 120 121 das disciplinas 2020-2: A professora Adriana colocou em votação se o semestre teria duas avaliações ou somente uma, como havia sido no semestre anterior. Os professores alegaram 122 123 que tem dificuldades em disponibilizar apenas uma avaliação no semestre, pois existe muito conteúdo e não se torna algo didático, portanto ficou decidido por unanimidade que as 124 disciplinas do curso de Administração pública terão duas avaliações. A professora Adriana 125 advertiu que é necessário que os professores elaborem o dobro das questões da prova e que não 126 repliquem questões de outras atividades. 5°) Aproveitamento de Atividades Profissionais 127 como Estágio Obrigatório: O professor Naldeir afirmou que foram aprovados ad referendum 128 os aproveitamentos de vivência profissional com estágio supervisionado de três alunas, sendo 129 elas: Maria Aparecida Moreira Lima, do polo de Turmalina; Mariza Moreira da Silva, do polo 130 131 de Araçuaí; e Aline Pereira da Silva, do polo de Teófilo Otoni, e pediu para que o colegiado se 132 manifestasse referendando ou não a decisão. Todos os presentes referendaram os aproveitamentos. Sem mais a tratar, lavrou-se a presente ata que após lida e aprovada será 133 assinada pela presidente do colegiado. Adline Gonçalves Lima - Secretária do curso de 134 135